

TELEPAR CELULAR S.A.

CNPJ nº 02.332.380/0001-44

NIRE 41.3.800822-8

Companhia Aberta



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em trinta de agosto de 2003, às 14:30 horas, na sede social, na Rua Comendador Araújo nº 299, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se os acionistas da Telepar Celular S.A. (a "Companhia") em Assembleia Geral Extraordinária. Presença: Presentes o Sr. José Doroteu Fabro, representante da Companhia, o Sr. Manoel Batista da Silva Souza, membro do Conselho Fiscal, Carlos Alexandre Peres, representante da PriceWaterhouse e Coopers e demais acionistas. Instalação: Instalada a Assembleia pelo Diretor Superintendente da Companhia, Sr. José Doroteu Fabro, nos termos do art. 30 do 46,II do Estatuto Social, assumiu a presidência dos trabalhos, o Sr. José Doroteu Fabro, que convidou a mrm. Valmir Klasek, para funcionar como Secretário. Início dos Trabalhos: Dando início aos trabalhos, declarou o Presidente: (a) que havia ocorrido legal para as deliberações, visto que estavam presentes à Assembleia acionistas representando mais de 25 (vinte e cinco) por cento do capital social com direito a voto, conforme se constatou de suas insinuações no Livro de Presença de Acionistas; (b) que a notícia de convocação fora publicado na Gazeta do Povo, Diário Oficial do Estado do Paraná e na Gazeta Mercantil em 22, 23 e 24 de agosto de 2003, de teor seguinte: "Ficam convocados os senhores acionistas da Telepar Celular S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 14:30 horas do dia 30 de agosto de 2003, na sede da Companhia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, 299, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) examinar e deliberar sobre proposta de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais), mediante a capitalização de créditos devidos pela acionista Tele Celular Sul Participações S.A. e consequente alteração do Estatuto Social (artigos 9º e 7º - "Do Capital Social Autorizado, e do Capital social - Estatuto Social da Telepar Celular S.A."); (2) deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração da Companhia de 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinadas, em série única, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com garantia por fiança da Tele Celular Sul Participações S.A." Ordem do Dia: Passando à análise do item (1) da Ordem de Dia, o Presidente pôs em discussão a proposta de aumento do capital social da Companhia por subscrição particular de ações no valor de R\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais), esclarecendo que esse valor correspondente ao montante total da dívida da Companhia para com sua acionista Tele Celular Sul Participações S.A. ("TSU"), decorrente de contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a TSU e que se fará através da emissão de 923.411.190 (novecentos e vinte e três milhões quatrocentos e onze mil cento e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, na forma estatutária, informou,

TELEPAR CELULAR S.A.

CNPJ nº 02.332.380/0001-44

NIRE 41.3.800822-8

Companhia Aberta



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em trinta de agosto de 2003, às 14:30 horas, na sede social, na Rua Comendador Araújo nº 269, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se os acionistas da Telepar Celular S.A. (a "Companhia") em Assembleia Geral Extraordinária. Presença: Presentes o Sr. José Doroteu Fabro, representante da Companhia, o Sr. Manoel Batista da Silva Souza, membro do Conselho Fiscal, Carlos Alexandre Peres, representante da PriceWaterhouse e Coopers e demais acionistas. Instalação: Instalada a Assembleia pelo Diretor Superintendente da Companhia, Sr. José Doroteu Fabro, nos termos do art. 30 do 46,II do Estatuto Social, assumiu a presidência dos trabalhos, o Sr. José Doroteu Fabro, que convidou a mrm. Valmir Klasek, para funcionar como Secretário. Início dos Trabalhos: Dando início aos trabalhos, declarou o Presidente: (a) que havia ocorrido legal para as deliberações, visto que estavam presentes à Assembleia acionistas representando mais de 25 (vinte e cinco) por cento do capital social com direito a voto, conforme se constatou de suas insinuações no Livro de Presença de Acionistas; (b) que a notícia de convocação fora publicado na Gazeta do Povo, Diário Oficial do Estado do Paraná e na Gazeta Mercantil em 22, 23 e 24 de agosto de 2003, de teor seguinte: "Ficam convocados os senhores acionistas da Telepar Celular S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 14:30 horas do dia 30 de agosto de 2003, na sede da Companhia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Comendador Araújo, 269, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) examinar e deliberar sobre proposta de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais), mediante a capitalização de créditos devidos pela acionista Tele Celular Sul Participações S.A. e consequente alteração do Estatuto Social (artigos 9º e 7º - "Do Capital Social Autorizado, e do Capital social - Estatuto Social da Telepar Celular S.A."); (2) deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração da Companhia de 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinadas, em série única, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com garantia por fiança da Tele Celular Sul Participações S.A." Ordem do Dia: Passando à análise do item (1) da Ordem de Dia, o Presidente pôs em discussão a proposta de aumento do capital social da Companhia por subscrição particular de ações no valor de R\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais), esclarecendo que esse valor correspondente ao montante total da dívida da Companhia para com sua acionista Tele Celular Sul Participações S.A. ("TSU"), decorrente de contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e a TSU e que se fará através da emissão de 923.411.190 (novecentos e vinte e três milhões quatrocentos e onze mil cento e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, na forma estatutária, informou,

DO AUMENTO: R\$ 119.900.000,00 (cento e dezenove milhões de Reais). 2 - QUANTIDADE DE AÇÕES E TIPO DE AÇÃO A SEREM EMITIDAS: 603.411.180 ações Ordinárias sem valor nominal e na forma escritural. 3 - PREÇO DE EMISSÃO E DE SUBSCRIÇÃO: R\$ 128,87 por lote de 1000 ações. 4 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE EMISSÃO: Para apuração do preço de emissão das ações foi tomado, como base, a média de valor de mercado da ação, de acordo com as cotações registradas nos 15 pregões realizados na Bolsa de Valores de São Paulo, contados retroativamente, a partir do dia 04/08/2000 (inclusive). O preço de emissão manter-se-á fixo durante o período reservado para o exercício do direito de preferência. 5 - PRAZO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Início: 1.08.2000, término: 30.09.2000. 6 - PROPORÇÃO DO DIREITO: Para determinar a quantidade de ações a subcrever, o acionista deverá multiplicar a quantidade de ações que possui em 30.09.2000 pelo seguinte fator:

TIPO DE AÇÕES POSSUÍDAS	FATOR POR AÇÃO	TIPO A SUBCREVER
Ordinárias	0,2785204	Ordinárias
Preferenciais	0,2785204	Ordinárias

T. FORMA DE PAGAMENTO: À vista, no ato da subscrição. 8 - HABILITAÇÃO PARA SUBCREVER: 8.1 - Tendo direito a subcrever os acionistas que tiverem adquirido suas ações até 30/09/2000. As ações adquiridas a partir de 31.08.2000 serão ex-direito de subscrição para o emissor. 8.2 - Os acionistas titulares das ações que desejarem negociar seus direitos de subscrição, durante o prazo de exercício do direito de preferência, deverão solicitar o documento de cessão de direitos, que será emitido pela instituição depositária das ações escriturais, o Banco Real S.A., ou pelas Entidades Custodiantes (Bolsas de Valores). 8.3 - As Entidades Custodiantes poderão emitir somente uma única cessão de direito nominativo para cada subscritor. 8.4 - As Entidades Custodiantes poderão subcrever em seu nome, como proprietárias fiduciárias, até o montante correspondente às ações custodiadas. 8.5 - Uma vez emitida uma cessão de direito e, havendo nova alienação, será necessária declaração no verso da cessão de direito, com firma reconhecida em cartório. 8.6 - Não será aceita, em nenhuma hipótese, cópia do cessão de direito. 9 - DIVIDENDOS: Quando do pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2000, as ações decorrentes desta subscrição terão direito à dividendos íntegrais. 10 - DIREITO DE PREFERÊNCIA: Tratando-se de capitalização de créditos, o direito de preferência será exercido na forma do parágrafo 2º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, através da subscrição da totalidade das ações objeto da emissão na própria Assembleia Geral, com a capitalização dos créditos e a incorporação de aumento desde logo, ficando as ações relativas ao potencial direito de preferência dos demais acionistas mantidas em depósito na instituição depositária em benefício dos acionistas, que poderão adquiri-las no período da preferência, não sendo-lhes aplicáveis as disposições acerca de ações não subscritas. 11 - INSTRUÇÕES GERAIS: Os acionistas deverão comparecer, dentro do prazo para exercício do direito de preferência, a uma das agências indicadas abaixo para solicitar o Boletim de Subscrição de Ações, especificando a quantidade de ações a adquirir. 12 - DOCUMENTAÇÃO PARA A SUBSCRIÇÃO E CESSÃO DE DIREITO: 12.1 - Pessoa física: Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física junto ao Ministério da Fazenda (CPF) e comprovante de residência. 12.2 - Pessoa jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social, bem como a lista de assembleia que eleger a diretoria em exercício e comprovante de endereço. 12.3 - Na caso de representação por procuração, será necessária a apresentação do respectivo instrumento, além dos documentos mencionados nos itens acima no tópico de outorgante. 13 - LOCAL DE

ATENÇÃO: Agência do Banco Real S.A.". Em seguida o sr. Presidente colocou em discussão e votação o item (2) do ordem da dia que trata da proposta do Conselho de Administração da Companhia da 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, subordinadas, em série única, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com garantia por fiança da Telex Celular Sul Participações S.A. Após ampla discussão foram aprovadas por unanimidade as seguintes deliberações: 1. Aproveu a Proposta do Conselho de Administração da 1ª Emissão de Debêntures simples, não-convertíveis em ações ("Debêntures"), para distribuição pública, visando ao desenvolvimento do objeto social da Companhia, de acordo com as seguintes condições: 1. Data da Emissão: A data da emissão das Debêntures será 02 de outubro de 2000. 2. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão, em 02 de outubro de 2000 será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). 3. Série: As Debêntures serão emitidas em série única. 4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures para distribuição pública. 5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na data da emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais). 6. Tipo, Forma e Espécie: As Debêntures serão do tipo simples, não convertíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de caixetas ou certificados, da espécie subordinada, na forma do disposto no artigo 56 da Lei nº 8.404, de 15 de dezembro de 1976, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Companhia. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas em conjunto com o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, este último documento somente será exigido na hipótese do debenturista estar vinculado ao SND. 7. Condições de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas em até 5 (cinco) meses contados do deferimento do pedido de registro da emissão das Debêntures pela CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal atualizado pela taxa de Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, podendo ser colocadas com ágio ou deságio. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia. 8. Colocação e Procedimento de Distribuição: O lançamento será pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, instalando reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures (doravante simplesmente denominadas "Coordenadoras") e de eventuais instituições financeiras subordinadas que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. 9. Remuneração: As Debêntures renderão juros equivalentes a no máximo 100,7% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 360 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, doravante denominada "Taxa DI". As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidendo sobre o valor nominal das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A amortização das Debêntures será definida em processo de

"toxic-building" ficando porém sempre limitada ao máximo de 103,7% da Taxa DI, 10. **Ameritização Programada:** O valor integral do principal das Debêntures será pago na Data de Vencimento das Debêntures. 11. **Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se, portanto, em 22 de outubro de 2009. 12. **Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANIMA"), e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). 13. **Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste Item, se e quando recolocadas no mercado, terão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. 14. **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia, por intermédio do SND, administrado pela ANIMA, e operacionalizado pela CETIP, ou no Banco Mercantil, para as debenturistas que não estiverem vinculadas ao SND. 15. **Garantias Adicionais:** 15.1. **Fiança:** As Debênturas da presente emissão serão garantidas por fiança da Tote Celular Sui Participações S.A. ["Garantidora"], na forma estabelecida neste Item. A fiança garantirá as obrigações assumidas pela Companhia oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e inextinguível para todos os efeitos legais, renunciando a Garantidora, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1.481, 1.488, 1.492, 1.506, 1902, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 525 do Código de Processo Civil. A prestação da fiança será autorizada pelo Conselho de Administração da Garantidora conforme ato societário, devidamente formalizado e registrado junto ao Registro do Comércio, entregue, por certidão ou cópia autenticada, ao Agente Fiduciário. 15.2 **Obrigação Adicional:** Sem prejuízo da fiança prestada nos termos do Item 15.1 acima, a Garantidora se obrigará, nos termos do artigo 573 e seguintes do Código Civil Brasileiro e dos artigos 461 e 532 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, a dar suporte contínuo à Companhia, obrigando-se a suprir a Companhia de recursos necessários para cumprir todas as obrigações relativas à presente emissão, incluindo, mas não limitado, ao pagamento da remuneração, juro, amortizações do principal. A Companhia, 15 (quinze) dias antes do vencimento de qualquer obrigação financeira assumida, deverá comprovar mediante extrato bancário do Agente Fiduciário, a sua posição financeira, incluindo as disponibilidade de caixa e aplicações financeiras. O Agente Fiduciário, verificando a incapacidade financeira da Companhia, para cumprimento das suas obrigações, deverá requerer à Garantidora que disponibilize recursos no montante necessário para o cumprimento das referidas obrigações relativas à Emissão, disponibilizando essas que poderá se dar, inclusive, por meio de aumento de capital da Companhia e/ou através de mútuo com prazo de vencimento para pagamento de juro e principal superiores ao prazo de vencimento das Debêntures. Os recursos transferidos para a Companhia conforme acima estabelecido deverão estar disponíveis em conta corrente ou em aplicações financeiras de vencimento igual ou superior da Companhia até 2 (dois) dias úteis antes da obrigação da Companhia perante os Debenturistas. A disponibilização de recursos nos termos desse Item não se refere a determinadas obrigações não prejudicará a obrigação de fazer com relação às obrigações vencidas. A obrigação prevista neste Item, bem

como sua execução, em nada afetam ou interferem nas obrigações prestadas nos termos do item 15.1 acima, 15.2. **Repasso de Recursos Oribondos da Emissão.** Na eventualidade de repasse dos recursos oriundos com a presente emissão para as controladas da Garantidora, em valor acima de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (considerando-se o valor individual ou conjunto dos repasses), a empresa controlada beneficiária de referido repasse deverá celebrar com a Emissora contrato de mútuo, através do qual deverá prestar garantia fidejussória em forma de fiança, nos termos do item 15.1 acima, em favor dos detenturistas da emissão ora autorizada. 15. **Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, visem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil - edição nacional", II. Autorizou a Diretoria a contratar, uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para a distribuição e colocação pública das Debêntures, bem como a nomear e contratar o agente fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente escritura de emissão, tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, todas as providências necessárias para a emissão das Debêntures, nos termos das deliberações tomadas nessa Assembleia. III. Ficou delegado ao Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 38, inciso II do Estatuto Social da Companhia, a deliberação e eventual alterações sobre as condições de que tratam os incisos VI e VII do artigo 58 da Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, o Presidente franqueou a palavra aos acionistas presentes, não tendo sido feito uso da mesma. Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos para a lavatura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes, tendo a Assembleia autorizado sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Após, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Presidente

Secretário

TELECELULARIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CAMPA COMERCIAL DE PARANA
CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 15/15/1508

15/15/1508
15/15/1508

15/15/1508

15/15/1508

15/15/1508